



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público

Processo n.: 859181
Natureza: Tomada de Contas Especial
Jurisdiicionado: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Prefeitura Municipal de Água Boa

À Coordenadoria de Débito e Multa,

Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes – SEDESE, com o fim de apurar a responsabilidade e quantificar o prejuízo causado ao erário em razão de irregularidades na aplicação dos recursos públicos repassados ao Município de Água Boa, mediante o Convênio n. 630/2005.

Consoante Acórdão prolatado na sessão da Primeira Câmara de 01/03/2016 (f. 389), os conselheiros julgaram irregulares as contas e determinaram a restituição ao erário estadual de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), de forma solidária, pelo Sr. Elimarcus Lacerda Costa e pelo Sr. Uelito Augusto Lacerda, respectivamente Prefeito Municipal e Diretor Financeiro à época. Ainda, determinaram a restituição ao erário municipal de R\$ 152,39 (cento e cinquenta e dois reais e trinta e nove centavos) pelo Sr. Elimarcus Lacerda Costa.

A decisão transitou em julgado em 23/08/2016, conforme f. 391.

Em face da ausência de recolhimento voluntário, foram emitidas as Certidões de Débito n. 230/2017 e n. 231/2017 (f. 411/412), com atualização monetária do *quantum debeatur*. Os autos, em seguida, foram encaminhados ao Ministério Público de Contas, para adoção das medidas cabíveis nos termos do art. 32 da Lei Complementar Estadual n. 102/2008.

Destarte, considerando a realização do devido monitoramento remoto da execução por meio do ACOMPANHAMENTO CAMP n. 859181R793, encaminham-se os autos à Coordenadoria de Débito e Multa, para os fins dispostos art. 12, I, e II, da Resolução n. 13/2013, e seu posterior arquivamento.

Belo Horizonte, 5 de julho de 2017.

Mônica Fonseca Almeida Santos

Coordenadora de Acompanhamento das Ações do Ministério Público de Contas ¹
(Documento assinado digitalmente disponível no SGAP)

¹ Portaria n. 08/2015, do Ministério Público de Contas, publicada no DOC de 11/09/2015